

Delegado ameaça processar motorista por falso testemunho

O delegado seccional de Rio Claro, José Tejero — que preside o inquérito instaurado para apurar as responsabilidades pela morte dos dois trabalhadores, durante o conflito em Leme — afirmou ontem que pretende manter o conteúdo do depoimento prestado à polícia pelo motorista Orlando de Souza, uma das principais testemunhas do crime e que dirigia o ônibus que transportava bóias-frias para a Fazenda Crisciumal. Esse fato não exclui, entretanto, o direito de o motorista voltar à delegacia de Leme e confirmar as declarações que prestou em entrevista à TV Cultura, sábado, quando negou ter visto os ocupantes do Opala azul, em que viajavam os integrantes do PT, atirar no ônibus que dirigia. Antes que ele tome essa atitude entretanto, José Tejero advertiu: "Se o motorista desmentir que os tiros que deram início ao conflito partiram do Opala, eu vou processá-lo por falso testemunho".

O delegado disse que fará questão, ainda, de que o eventual desmentido ocorra na sua presença. "Para ver se Orlando terá coragem de manter esta segunda versão, já que eu fui testemunha de seu primeiro depoimento, ele vai ter que desmentir tudo na minha cara". Tejero, contudo, afirmou estar confiante de que não precisará tomar medidas extremas em relação ao motorista, pois entende que "Orlando só resolveu dar nova versão aos fatos para se fazer de bonzinho perante a cidade e depois que soube que o Opala pertencia à Assembléia Legislativa, ele ficou com medo de sofrer represálias por parte dos manifestantes e das lideranças políticas envolvidas no caso, daí, inclusive, motivo pelo qual deixou a cidade após a entrevista à RTC".

Prevendo que não terá maiores problemas em relação ao comportamento da testemunha, o delegado seccional de Rio Claro mostrou-se preocupado apenas em cumprir o prazo de 30 dias para encerrar seus trabalhos. Para tanto, afirmou que ouvirá, a cada dia, o maior número de testemunhas possível, a começar por uma relação inicial de 18 nomes, incluindo quatro deputados, quatro soldados da PM e mais dez pessoas, entre bóias-frias e moradores em Leme. Os políticos, acrescentou, deverão prestar depoimento através de carta precatória, caso não se mostrem dispostos a falar pessoalmente. Além disso, enviou ofício ao Comando do 1º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Piracicaba, solicitando a relação dos policiais que atuaram na greve, para que também sejam ouvidos.

De acordo com o delegado, o prazo inicial de 30 dias somente não deverá ser cumprido "se os integrantes da CUT e do PT tentarem tumultuar o inquérito". É provável, disse "que esse pessoal nos acuse de não termos ouvido fulano ou sicrano, e passem a apresentar inúmeras testemunhas que deponham em seu favor e comecem a requerer diligências extras".

Roupas lavadas

As pré-provas da eventual responsabilidade dos policiais, ao que tudo indica, estão cada vez mais distantes. Isso porque, segundo informou Tejero, as roupas que a empregada doméstica Cibele Aparecida Manuel vestia quando foi morta "foram lavadas pelo Hospital de Leme". Agora, vai ficar ainda mais difícil comprovar se a vítima realmente foi alvejada à queima-roupa, conforme o resultado da autópsia realizada pelo médico-legista Gerhard Graetz e seu auxiliar Valdecir Benedito de Souza, ambos de Rio Claro. Para comprovar se o tiro foi disparado a menos de um metro de distância, o delegado — que já está de posse das roupas de Orlando Correa, a outra vítima do conflito — informa que irá enviar as vestes de Cibele para São Paulo, a fim de que o exame pericial possa ser feito com o auxílio de lentes ópticas e produtos químicos, constatando-se ou não os chamuscamentos provocados pela bala.

Quanto ao tipo de perfuração, que revela que o projétil seja de calibre 38, Tejero afirmou que ele não dá base para conclusões. De acordo com o delegado, embora esse tipo de arma seja exclusivo da polícia, "ele é também o líder das vendas em casas que comercializam armas, as próprias estatísticas revelam isso".

Tejero — que há dois anos e um mês responde pela Seccional de Rio Claro, sendo transferido de Presidente Prudente em 9 de julho de 1984 — enviou telegrama à Delegacia Regional de Polícia, ao Derin e ao Gabinete da Secretaria de Segurança Pública, entre outros órgãos, com a versão do conflito sob a óptica das testemunhas Orlando de Souza, José Henrique Cafasso, do sargento da PM Winston José Tristão e de Ovilso Santos, colocando como contraditório apenas o depoimento de Wilson Santa Rosa, membro da CUT regional, e no qual destaca que "inesperadamente policiais militares passaram a fazer disparos contra o piquete que pretendia obstruir a passagem de um ônibus que transportava trabalhadores para a Usina Cresciumal".

Promotor acompanha IPM

O promotor de justiça Francisco Mário Bernardes, da Comarca de Santa Rita do Passa Quatro e designado pelo procurador-geral de justiça, Paulo Frontini, para acompanhar o inquérito, reuniu-se ontem, no final da tarde, com o seccional de Rio Claro. Na oportunidade, Bernardes afirmou que as testemunhas começarão a ser ouvidas hoje, seguindo o esquema de trabalho elaborado por Tejero.

O promotor compartilha de opinião semelhante à do delegado — acha que o motorista Orlando de Souza não deve ser convocado para prestar novo depoimento. Contudo, afirmou que ele terá oportunidade de incluir suas declarações em inquérito policial militar (IPM), instaurado por determinação do Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo e junto ao qual Bernardes também irá atuar na condição de promotor.

Valesca Garcia, AE — Rio Claro.

(Página 11)